

## *Soberania estatal e intervenção:*

*uma análise de discurso da intervenção militar norte-americana no Iraque em 2003*

## *State sovereignty and intervention:*

*a discourse analysis of the North-American military intervention in Iraq in 2003*

### **Introdução**

A soberania estatal é frequentemente considerada, pelos teóricos de Relações Internacionais (RI), um conceito fundamental. Dificilmente poderíamos compreender acerca das condições de existência de um Estado sem nos confrontarmos com a soberania. Pelo menos duas grandes abordagens dividem-se em suas explicações sobre a sua natureza e importância enquanto elemento necessário para a vida política. Em um extremo, encontramos os que a consideram um atributo dado e exógeno aos Estados, e cujo significado corresponde a características imutáveis para o mundo legal e político. Em outro, encontramos os que argumentam ser a soberania o que nós fazemos dela mediante o uso da linguagem e da prática social, o que implica dizer que ela é dependente e está atrelada às nossas convenções e práticas linguísticas. Seja uma visão tradicional, seja relativista, a soberania estatal continua sendo, nas palavras do Walker (1995, p. 163, tradução nossa), “[...] o ponto inicial onde toda a trajetória contemporânea pode ser medida e controlada”.<sup>2</sup>

---

1 É doutorando em Ciência Política na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: <wagner.martins@ufpe.br>.

2 Texto original em inglês: “[...] the initial point from which all contemporary trajectories can be measured and controlled” (Walker, 1995, p. 163).

Investigações acerca dos Estados e suas relações federativas levam em conta o fato de o Estado fazer-se representar como soberano e legítimo em suas alegações e posições. Malmvig (2006, p. xix, tradução nossa) lembra que “a soberania estatal é reproduzida como a fundação inquestionada da política internacional, que silenciosamente nos diz quem somos, onde nós pertencemos e em quem as nossas responsabilidades e obrigações morais repousam [...]”.<sup>3</sup>

Mesmo que a soberania funcione como um referencial para o Estado, os debates na literatura sugerem que, nas RI, o seu significado não está claramente definido.<sup>4</sup> Seria este referencial fixo e predeterminado ou discursivamente sustentado? Quando confrontados com esse dilema, os teóricos de RI tendem a admitir prontamente que o seu significado é bastante distorcido. E essa distorção, haja vista a quase onipresença do termo para os estudos políticos, acarreta um campo analítico fértil e propício a novas afirmações e contestações.

Levando em conta a onipresença do tema, este artigo utiliza dos argumentos relativistas acerca da soberania para sua análise. Especificamente, analisa os discursos do ex-presidente George W. Bush (2001-2009) e os elementos discursivos que serviram para justificar a intervenção militar no Iraque iniciada em março de 2003, mediante a relativização da soberania daquele país, à época, sob domínio de Saddam Hussein. Com os aportes analítico, fornecido por Cynthia Weber (1995), e metodológico, apresentado por Lene Hansen (2006), argumenta-se que, ao considerar o Iraque como ausente de representação soberana, Bush conseguiu convencer a sociedade norte-americana acerca do perigo que Saddam Hussein representava aos americanos e ao mundo, acarretando a necessidade da guerra. Mais que isso, ao simular o próprio desejo dos iraquianos pela invasão, o ex-presidente conseguiu legitimar uma

3 Texto original em inglês: “state sovereignty is reproduced as the unquestioned foundation of international politics, which silently tells us who we are, where we belong, and with whom our responsibilities and moral obligations rest” (Malmvig, 2006, p. xix).

4 Ver Biersteker e Weber (1996).

visão particular a respeito da democracia e liberdade como essenciais para uma verdadeira representação soberana no Iraque.

Este trabalho está estruturado em quatro partes: na primeira, apresenta-se ao leitor a obra de Cynthia Weber (1995), destacando os argumentos trazidos pela autora que serão mobilizados na pesquisa. Na segunda, expõe-se a importância da metodologia de pesquisa para análises de caráter relativista/discursivo, informando como ocorreu a seleção textual e a metodologia de pesquisa aplicada aos discursos do ex-presidente George W. Bush. Na terceira, os discursos de Bush são analisados, destacando os elementos contidos neles sobre questões como democracia, soberania, tirania, e como foram capazes de delinear uma imagem do governo iraquiano como ausente de plena representação soberana. A conclusão retoma a obra de Cynthia Weber (*op. cit.*) e entrecruza seus argumentos com os discursos analisados, sobretudo aplicando a questões levantadas pela autora, como a lógica da representação soberana, e o que ocorre quando não é mais possível representar.

### **Simulando soberania: a dicotomia soberania/intervenção na obra de Cynthia Weber (1995)**

Cynthia Weber (1995) utiliza-se do argumento pós-estruturalista<sup>5</sup> de que não existe apenas um tipo de soberania – ou um único discurso sobre a soberania – na moderna vida política. Múltiplas formas coexistem. Pode referir-se a diferentes tipos de regras (democrática, autoritária, totalitária), em diferentes formas de sistemas econômicos (capitalista, socialista). Pode, também, referir-se a uma variedade de competências estatais, privilégios, responsabilidades, e ser fundamentada em diferentes fundações (Deus, rei, pessoas). Seus significados não variam apenas ao longo do tempo, mas também no espaço, tornando-se um local de luta política contínua. E nesta luta, a autora argumenta que a soberania reflete uma gama de práticas discursivas que visam fixar seu

5 Acerca das discussões elencadas no início desta pesquisa, a abordagem pós-estruturalista encaixa-se nos argumentos que compreendem a soberania como uma prática discursiva, ou seja, atrelada aos discursos e que molda o seu significado de forma dinâmica e constante.

significado, mas que apenas refletem quão líquido e mutável é seu sentido, podendo ser estudada por meio de uma série de práticas políticas distintas. Em sua obra, ela escolhe a intervenção.

Seu objetivo não é traçar uma genealogia histórica de como a soberania estatal tem sido definida pelos teóricos ou acadêmicos, e, com isso, escolher qual definição seria melhor ou mais útil. Tampouco anseia trazer definições de soberania e oferecer a sua compreensão do assunto de forma refinada sobre o tema. Em vez disso, investiga como o seu significado é fixado ou estabilizado historicamente por meio das práticas dos teóricos de RI e de intervenção política. Em outras palavras, como as práticas dos teóricos e políticos/diplomatas estabilizam o significado de soberania e, por consequência, escrevem o próprio Estado.

Amparada em uma literatura convencional sobre intervenção, a autora mostra como a soberania e a intervenção funcionam como opostos conceituais. A intervenção é comumente entendida como uma violação à soberania estatal, de modo que o seu significado acaba sendo derivado da própria soberania estatal. Como consequência, os teóricos de RI operam com uma – muitas vezes implícita – conceituação da soberania ao falar sobre a intervenção. Quando determinado ato é definido como intervenção, já se presume conhecido sobre o que seja a soberania. Torna-se impossível falar sobre intervenção na política internacional sem que, necessariamente, falemos sobre soberania, pois quem seria o alvo da intervenção? Qual soberania foi violada, transgredida? Se um evento é considerado uma intervenção ou não intervenção, esse fenômeno é dependente do que significa a soberania e como ela é atribuída previamente. Embora a intervenção, em princípio, esteja aberta a muitas formas de definições e interpretações, ela é moldada e constitui-se mediante uma concepção particular da soberania do Estado.

A relação, no entanto, funciona de duas formas. Assim como a intervenção é dependente da existência de uma soberania a ser violada, a soberania é dependente da intervenção pela mesma razão, pois é ela a responsável por dar sentido à sua existência.

A intervenção acaba por ser uma prática que preenche o significado e o conteúdo da soberania estatal. Quando líderes de um Estado justificam uma determinada prática intervencionista, estão, simultaneamente, (re)produzindo o que pode ser entendido por soberania estatal. É mediante a legitimação da intervenção que as fronteiras são desenhadas e a dicotomia dentro/fora é moldada. Além disso, as práticas intervencionistas delimitam o que, respectivamente, é considerado como ambiente doméstico e o que é de interesse internacional. O conteúdo da soberania estatal não é, neste sentido, dado com antecedência, anterior à intervenção, mas é constituído durante o processo intervencionista. Soberania e intervenção não apenas funcionam como opostos conceituais, mas são mutuamente constitutivas.

Em sua obra, utiliza algumas estratégias analíticas no intuito de investigar a produção histórica da soberania. A autora escolhe três épocas históricas e cinco casos de intervenção: intervenção do concerto europeu em Nápoles em 1820; intervenções durante a administração do ex-presidente Woodrow Wilson no México, em 1920, e na Sibéria, em 1917; e intervenções das administrações Reagan-Bush em Granada, em 1983, e no Panamá, em 1989. Inspirada nos trabalhos genealógicos de Michel Foucault e no trabalho de Jean Baudrillard sobre simulação, a autora elabora três grandes questões a serem aplicadas em cada um dos cinco casos:

- 1) O que é ser representado?
- 2) Quais são as condições de possibilidade para essas representações?
- 3) O que acontece quando não é mais possível representar?<sup>6</sup>

Amparada em Baudrillard, Weber (1995) afirma que a lógica foucaultiana só é capaz de operar dentro de uma lógica de representação em que a verdade ainda possa ser produzida, em virtude da conceituação de poder de Foucault depender da capacidade para se referir à verdade. Nesses termos, a fim de responder à terceira

---

6 A terceira questão é justificada pela autora com referência à crítica desferida por Baudrillard em relação à defesa de Foucault da dicotomia poder/conhecimento.

pergunta, a análise dos dois últimos casos baseia-se nos argumentos baudrillardianos.<sup>7</sup>

Em seu primeiro caso analítico (a intervenção do concerto europeu em Nápoles), mostra como a legitimação da intervenção (re)produziu a figura do monarca como a localização de toda a fonte e autoridade soberana. O concerto europeu argumentou que, se um Estado era constituído de forma diferente de uma monarquia absoluta, ou se uma revolução ameaçava derrubar a monarquia, o Estado já não poderia mais ser considerado soberano. Seguindo essa lógica, o concerto alegava que o objetivo da intervenção em Nápoles não era o de violar a autoridade soberana, mas de preservá-la, pois a revolta popular em Nápoles tinha como objetivo depor o único fundamento legítimo da regra soberana. Seguindo com as intervenções da administração Wilson no México e na Sibéria, a autora identifica uma mudança na representação da fundação e da localização da soberania. Nesses casos, a soberania reside agora com as pessoas, em vez do monarca, sendo elas o referencial último da soberania a ser representada por intermédio do governo.

Todavia, o questionamento de “quem são as pessoas?” só poderia ser respondido mediante o vínculo a uma comunidade política.<sup>8</sup> No que diz respeito à intervenção norte-americana sob o governo de Ronald Reagan em Granada, foi a Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS) a responsável por representar essa comunidade política. Tendo sido esta comunidade a responsável por haver solicitado ajuda militar dos Estados Unidos, incluindo o povo granadino, a justificativa, mais uma vez, foi a de que as operações militares norte-americanas não se constituíam em uma intervenção. Semelhantemente, a invasão no Panamá justificou-se pelo fato de que o então ditador panamenho Manuel Noriega não

7 No caso de Baudrillard, Cynthia Weber (1995) utiliza análise sobre a representação simbólica da soberania, e como ela é sustentada discursivamente. Embora tanto Foucault quanto Baudrillard analisem as simbologias em torno da soberania e da intervenção, a autora explica que o que se segue após um processo intervencionista é melhor explicado pelos argumentos baudrillardianos. Questões levantadas pela autora como “o que acontece quando não é mais possível haver representação soberana?” são analisadas pelos argumentos baudrillardianos.

8 Ver Weber (1995, p. 92).

estaria representando legitimamente o seu povo, ao passo que os Estados Unidos teriam o dever de ajudar e proteger os panamenhos para que pudessem expressar livremente seu ímpeto democrata.

Tendo analisado esses fatos históricos e a pergunta “o que é ser representado?” nos casos de Granada e Panamá, Weber (1995) volta-se à perspectiva baudrillardiana, argumentando que os discursos das duas intervenções operaram segundo uma lógica de simulação, mais do que de representação. Mostrando como a solicitação da OECO aos Estados Unidos foi utilizada, a autora argumenta que tanto a OECO quanto o povo de Granada enxergavam nos Estados Unidos uma completude de algo que eles não possuíam, não sendo, como consequência, a intervenção negativa, mas positiva. Tanto a OECO quanto o povo de Granada seriam apenas referências artificiais, que facilmente poderiam ser trocadas por outros referenciais soberanos. No caso do Panamá, aplica-se a mesma ideia. A vontade do povo era a intervenção, pois a única forma de livrar-se do general Noriega seria por meio do “auxílio” norte-americano. Nesses termos, o significado da soberania está, ao mesmo tempo, em todos os lugares e em lugar nenhum. Da mesma forma, ao discursar ser a intervenção algo que restauraria a ordem soberana ausente, a prática intervencionista perde o foco negativo, comumente associado à “invasão”, à “violação de direitos” e ao “desrespeito a um governo soberano”, e passa a ser algo positivo, pelo menos na ótica do Estado interventor, capaz até mesmo de convencer os demais sobre a necessidade e os possíveis benefícios de tal atitude tomada. E essa variação conceitual é aplicada pela autora nos casos analisados.

Em sua conclusão, Weber (1995) afirma que a soberania deixou de ter um ponto fundacional, seja nas pessoas, seja em Deus, seja no monarca. Soberania e intervenção deixaram de constituir-se como termos oposicionistas. Ambos podem ser substituídos um ao outro. E um carece do outro para ganhar significado. Práticas de intervenção, neste sentido, continuam a ser um local em que a soberania é produzida, ou simulada.

Sua obra amplia consideravelmente o conceito de soberania. Ao analisar as práticas que estabilizam a soberania e as relacionam às intervenções, ela nos traz uma importante contribuição para a literatura sobre soberania/intervenção, mostrando como os referenciais simulados cristalizam significados e entrecruzam-se simultaneamente, mediante as práticas intervencionistas. Sua obra e seus argumentos pós-estruturalistas, colocando os discursos das práticas diplomáticas como centrais nessa relação, servem de inspiração para esta pesquisa.

Ao aplicar os argumentos da autora para a intervenção militar norte-americana no Iraque iniciada em 2003, questiona-se: qual a lógica de representação soberana atribuída pelos Estados Unidos em relação ao Iraque? O que acontece quando não há uma legítima representação? Como a soberania iraquiana foi simulada para que a intervenção fosse justificada como necessária? Além dessas questões, deseja-se analisar como os discursos do então presidente George W. Bush relativizaram a própria intervenção, retirando o foco militar “intervencionista” para o de um “auxílio” ao suposto pedido de socorro dos iraquianos contra o jugo ditatorial de Saddam Hussein, e quais os principais elementos encontrados em seus discursos que nos levam a considerar a relativização da soberania e sua relação com a intervenção militar.

## **Seleção textual e metodologia**

### *Seleção textual*

A fonte primária desta pesquisa é o próprio ex-presidente George W. Bush e seus discursos oficiais. O governo norte-americano disponibiliza todos os discursos presidenciais,<sup>9</sup> de modo que se fez um levantamento dos que estão em consonância com o que se pretende pesquisar, não hierarquizando ou considerando alguns mais relevantes do que outros, a exemplo dos discursos do Estado

---

9 Ver <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/nominations/>>, seção “News by Date”, à esquerda.

da União.<sup>10</sup> Tendo sido pronunciado pelo ex-presidente, ele se torna responsável pela sua afirmação, encaixando-se, portanto, com o que propõe este artigo. A tabela 1 resume a quantidade de discursos analisados e seus respectivos anos.<sup>11</sup>

Tabela 1 – Percentual de discursos analisados

Ano	Número de discursos
2001	240
2002	146
2003	116
2004	65
2005	65
2006	75
2007	65
2008	43
2009	14
Total	829

Fonte: Dados extraídos dos discursos de George W. Bush entre 20/1/2001 e 20/1/2009.

Elaboração própria.

Embora outros atores políticos, tais como Condoleezza Rice, Dick Cheney, Colin Powell, Tony Blair, entre outros, tenham emitido importantes discursos sobre temas como terrorismo, armas de destruição em massa, e até mesmo participado de forma ativa dos governos Bush, optou-se por analisar exclusivamente os discursos do ex-presidente. Tal delimitação ajuda a aprofundar a análise na pessoa do então presidente e a dinâmica dos elementos que podem

10 Os discursos do Estado da União são proferidos no início do ano pelo presidente. Nele, são delineados os planos governamentais para todo o ano em diversas questões, incluindo a segurança internacional.

11 É importante destacar que, embora esse quantitativo tenha sido analisado, nem todos eles serão citados nesta pesquisa. Os discursos citados servem como base e exemplo para se entender as ações do ex-presidente ao longo de seus mandatos.

ser observados em seus discursos. Sendo a autoridade máxima em questões políticas, seus discursos foram considerados satisfatórios para o que se propõe pesquisar, optando por alocar para notas explicativas discursos outros ou explicações envolvidas nos fatos.

### *Metodologia*

Em consonância com os elementos analíticos fornecidos por Cynthia Weber (1995) e amparados pela teoria pós-estruturalista, esta pesquisa utiliza-se da análise de discurso (AD) como método para sua investigação. A AD não é meramente uma alternativa metodológica, mas a única opção plausível para se compreender o mundo por intermédio desse paradigma.<sup>12</sup>

É importante destacar o fato de que uma pesquisa de cunho discursivo/relativista não desmerece o método. Paul Feyerabend (1975), em seu livro *Against method*, já alertara para o temor ao que chamou de “tirania da metodologia positivista” nos estudos de pesquisa. Seu receio justificar-se-ia por uma quase onipresença dos métodos científicos que dominavam elançavam para a margem analítica qualquer tentativa de subjetivação e relativização dos fatos.<sup>13</sup> Isto, no entanto, não nos deve levar a considerar a ausência de métodos em relação aos trabalhos de pesquisa. Ao contrário, justamente por isso há necessidade de um rigor ainda maior. Quanto maior a relativização dos fatos, maior cuidado é levado em relação às análises, uma vez que estamos lidando com aspectos subjetivos, que nunca são consenso por parte dos analistas acadêmicos.

Como suporte analítico para esta AD, utiliza-se o aporte fornecido por Hansen (2006). A autora propõe quatro pontos que podem ser aplicados a um modelo de análise textual, a saber:

- 1) **Número de atores** – trata do número de agentes envolvidos na análise. Pode ser: a) único ator; b) comparativo, quando

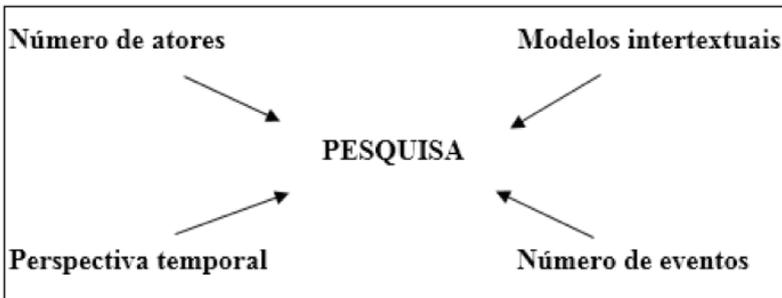
---

12 A AD é dividida em fases: saussuriana, construtivista e pós-estruturalista. Para uma leitura aprofundada das três e suas características, ver Mussalim (2006). Esta pesquisa aplica os elementos contidos na fase três, de caráter pós-estruturalista.

13 Ver Feyerabend (1975).

- mais de um agente tem seus discursos analisados; e c) encontros discursivos;
- 2) **Modelos intertextuais** – trata da seleção de textos que serão utilizados. Podem ser: a) discursos oficiais (órgãos de Estado, agências, ou diretamente, pelos próprios autores); b) debate político amplo (partidos políticos, mídia, corporações); c) representações culturais; e d) discursos políticos marginais;
  - 3) **Perspectiva temporal** – o discurso pode ter três perspectivas: a) evento específico ou período; b) momentos distintos para serem comparados; c) desdobramento histórico, analisando como um evento progrediu;
  - 4) **Número de eventos** – eventos abordados pelo discurso. Podem ser: a) evento único; b) múltiplos eventos; c) eventos múltiplos que se desdobram ao longo do tempo.
- Transpondo o modelo analítico, temos o seguinte:

Figura 1 – Estrutura analítica

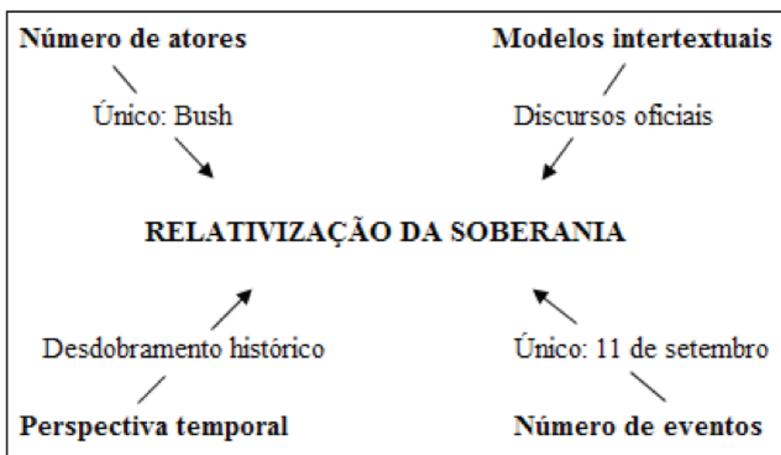


Fonte: Adaptado de Hansen (2006, p. 67).

Ao serem aplicados a este estudo, podemos classificá-lo da seguinte maneira: o número de atores será unitário, ou seja, serão analisados basicamente os discursos de Bush e sua relação com a relativização da soberania iraquiana. Quanto aos modelos

intertextuais, optou-se pelo estudo dos discursos oficiais.<sup>14</sup> A respeito da perspectiva temporal, utilizou-se o desdobramento histórico, pois permitirá verificar como a ideia de soberania estatal comportou-se ao longo dos dois mandatos do ex-presidente (2001-2009). Finalmente, o número de eventos será unitário, considerando o 11 de setembro o evento-chave para esta pesquisa.<sup>15</sup> Ao ser transposto para este estudo em relação aos quatro elementos levantados, temos o seguinte:

Figura 2 – Estrutura analítica da pesquisa



Fonte: Dados extraídos de Hansen (2006, p. 73).

Elaboração própria.

- 14 O contexto histórico, bem como as reações positivas ou negativas em relação aos discursos, não serão levados em consideração. Para o pós-estruturalismo, o que se chama de “contexto” também foi discursivamente criado. Além disso, contextualizar é estruturar e acarretar, naturalmente, uma relação de causa e efeito, ou seja, determinado evento ocorreu pelo contexto predecessor que o permitiu. Esse pressuposto é excluído de uma análise desconstrutivista, bem como a insistência em significados ontológicos das coisas. Em concordância com o pós-estruturalismo, que entende o discurso possuir sua própria lógica e coerência argumentativa, considera-se o discurso autossuficiente para esta análise.
- 15 Segundo Hansen (2006), o termo “eventos-chave” refere-se às situações em que “fatos importantes” manifestam-se na agenda política e/ou na mídia, influenciando, orientando ou até mesmo modificando o comportamento dos atores envolvidos. O 11 de setembro pode ser considerado um evento-chave por ter alterado substancialmente a política externa dos Estados Unidos no que concerne às questões sobre terrorismo e toda a forma como a nação orientou sua política externa e diplomacia com as demais nações.

A metodologia proposta por Hansen (2006) será útil para analisar como os discursos oficiais do ex-presidente comportaram-se no que concerne à soberania estatal, mais especificamente a iraquiana, e quais elementos podem apontar para o que esta pesquisa propõe-se a responder: a intervenção militar justificada sob a ótica da ausência de legitimidade soberana.

### **Os discursos de Bush e a intervenção no Iraque em 2003**

A importância que componentes como democracia, tirania e soberania receberam durante os dois mandatos do ex-presidente George W. Bush, mas sobretudo após o 11 de setembro, constitui-se em um dos principais elementos que permearam seus discursos. Pelo menos quatro elementos foram observados como norteadores dos discursos de Bush em relação à soberania iraquiana: a) a adoção de um governo democrático deveria ser o principal objetivo alcançado por todas as nações indistintamente; b) a democracia é incompatível com governos tirânicos e grupos terroristas; c) a ausência de legitimidade soberana no Iraque como justificadora da intervenção militar; e d) o povo iraquiano representado como desejoso da democracia e amigo dos Estados Unidos.

No primeiro ponto, verifica-se que Bush revelava a necessidade da adoção de um governo democrático para todas as nações. A democracia é apresentada como sinônimo de liberdade, esperança e legítima representação soberana. Tamanha relevância pode ser notada tanto na National Security Strategy (NSS)<sup>16</sup> de 2002 quanto na de 2006.

Finalmente, os Estados Unidos utilizarão esta oportunidade para estender os benefícios da liberdade em todo o mundo. *Nós vamos trabalhar ativamente para levar a esperança da democracia, do desenvolvimento, dos mercados livres e do*

---

16 A NSS é um documento preparado periodicamente pelo Poder Executivo norte-americano e enviado ao Congresso para análise e aprovação. Nela estão delineados os principais interesses e preocupações dos Estados Unidos em termos de segurança (nacional e internacional) e como a administração pretende lidar com eles.

*livre-comércio para todos os cantos do mundo* (NSS, 2002, p. 2, tradução nossa, grifo nosso).<sup>17</sup>

Os Estados Unidos defenderão a liberdade e a justiça, porque estes princípios são certos e verdadeiros para todas as pessoas em todos os lugares. *Estas exigências não negociáveis da dignidade humana são protegidas mais firmemente nas democracias [...]*. Porque países democráticos são os membros mais responsáveis do sistema internacional, *a promoção da democracia é a medida de longo prazo mais eficaz para o reforço da estabilidade internacional*; redução de conflitos regionais; luta contra o terrorismo e o suporte ao terror; e estende-se à paz e à prosperidade (NSS, 2006, p. 2-3, tradução nossa, grifo nosso).<sup>18</sup>

Bush constrói a imagem de um governo democrático como o objetivo final a ser alcançado pelas nações, sobretudo espelhadas no modelo de democracia liberal aplicado pela América. A garantia da paz no mundo, em outras palavras, estaria vinculada naturalmente à adoção da democracia. Onde há democracia, não há conflito,

---

17 Texto original em inglês: "finally, the United States will use this moment of opportunity to extend the benefits of freedom across the globe. We will actively work to bring the hope of democracy, development, free markets, and free trade to every corner of the world" (NSS, 2002, p. 2).

18 Texto original em inglês: "the United States must defend liberty and justice because these principles are right and true for all people everywhere. These nonnegotiable demands of human dignity are protected most securely in democracies. [...]. Because democracies are the most responsible members of the international system, promoting democracy is the most effective long-term measure for strengthening international stability; reducing regional conflicts; countering terrorism and terror-supporting extremism; and extending peace and prosperity" (NSS, 2006, p. 2-3).

mas onde não há, ele é inevitável,<sup>19</sup> conforme afirmou: “*democracias são países pacíficos*” (Bush, 2005a, tradução nossa, grifo nosso).<sup>20</sup>

O segundo ponto revela um recorrente argumento do ex-presidente: a incompatibilidade entre tirania e democracia. Nas democracias há espaço para a dignidade humana, os cidadãos têm o direito de escolher seus líderes por meio do voto, há ordem interna mediante a aplicação da justiça, o combate à corrupção é mais efetivo em governos democráticos e as múltiplas associações civis são protegidas. Contudo, regimes tirânicos, a exemplo do iraquiano, são opressores de sua própria população, sem dar-lhes o direito à livre expressão, ao passo que criariam uma falsa propaganda de bem-estar que seria, na verdade, ilusória.

Nesses termos, um dos elementos mais utilizados por Bush para explicar o motivo pelo qual os atentados de 11 de setembro de 2001 ocorreram estaria justamente no entendimento de que países em que o regime político não seja a democracia e a aplicação da justiça é falha tornam-se um campo e reduto fértil para o surgimento e a proliferação de ameaças terroristas. Bush entendia que a adoção

---

19 Nesse ponto, é importante destacar a referência à teoria da paz democrática, bem como seus críticos. O argumento de Bush sustenta-se nos defensores de que quando dois ou mais Estados percebem-se como democracias liberais, não fazem guerra entre si. Haveria uma incompatibilidade entre os princípios liberais e as motivações bélicas. Algumas razões são elencadas nesse argumento: a) cidadãos e elites são sensíveis aos custos da guerra; b) o aprofundamento da cooperação e a responsabilidade institucional adquirida nesse processo cooperativo inviabilizariam a guerra, tornando muito mais prejudicial do que benéfico; e c) países democráticos comportar-se-iam de forma qualitativamente diferente dos não democráticos. Em suma, a democracia liberal causa uma cultura de paz, gerada pelas ideias e normas defendidas pela democracia (Owen, 1994). Entretanto, os críticos da paz democrática alegam que o cálculo em relação aos custos da guerra também é feito por países não democráticos, não sendo exclusividade destes. Os argumentos centrais são: a) a racionalidade estatal, presente em democracias, seria capaz de relativizar a cultura democrática; b) poder e estratégia devem ser levados em conta na relação entre países democráticos; c) motivos que explicam a guerra são muito melhor explicados pela vertente realista do que pela paz democrática; d) para fazerem a guerra, os Estados precisam de oportunidade e razão – vários Estados democráticos não fazem pela ausência destas condições; e e) a aceitação da paz democrática levaria a uma negligência por parte da nação aos perigos externos e sua relação com grandes potências confiando que, em sendo democracias, não entrarão em conflito (Layne, 1994).

20 Texto original em inglês: “*democracies are peaceful countries*” (Bush, 2005a).

da democracia liberal seria a melhor forma de combater governos opressores e tirânicos<sup>21</sup> e prevenir o fenômeno do terrorismo.

*Deve ficar claro que o avanço da democracia conduz à paz, porque os governos que respeitam os direitos de seus povos também respeitam os direitos de seus vizinhos. [...] Quando uma ditadura controla a vida política de um país, a oposição responsável não pode se desenvolver, e a dissidência é impulsionada em direção ao extremo. [...] Ditadores jogam a culpa em outros países e outras raças, e agitam o ódio que leva à violência (Bush, 2005c, tradução nossa, grifo nosso).*<sup>22</sup>

*O primeiro pilar é promover a liberdade, a justiça e a dignidade humana – trabalhando para acabar com a tirania, e promover democracias eficazes, e para estender a prosperidade por meio de políticas de desenvolvimento mediante um comércio livre e justo. Governos livres são responsáveis para com os seus povos, governam seu território de forma eficaz, e prosseguem com políticas econômicas para beneficiar seus cidadãos. Governos livres não oprimem seu povo [...]. A paz e a estabilidade internacional são mais confiáveis quando construídas sobre a fundação de liberdade (NSS, 2006, p. 2, tradução nossa, grifo nosso).*<sup>23</sup>

21 A relação entre Estados falidos e a proliferação de ameaças tem sido amplamente debatida na literatura sobre segurança internacional. Entre os autores que concordam com esta relação, estão: Stewart (2006; 2007), Howard (2010), Rotberg (2002), Piazza (2008) e Mantzikos (2011). Entre os que discordam desta relação causal, estão: Krueger e Malečková (2003), Coggins (2015) e Simons e Tucker (2007).

22 Texto original em inglês: *"it should be clear that the advance of democracy leads to peace, because governments that respect the rights of their people also respect the rights of their neighbors. [...] When a dictatorship controls the political life of a country, responsible opposition cannot develop, and dissent is driven underground and toward the extreme. [...] Dictators place blame on other countries and other races, and stir the hatred that leads to violence"* (Bush, 2005c).

23 Texto original em inglês: *"the first pillar is promoting freedom, justice, and human dignity – working to end tyranny, to promote effective democracies, and to extend prosperity through free and fair trade and wise development policies. Free governments are accountable to their people, govern their territory effectively, and pursue economic and political policies to benefit their citizens. Free governments do not oppress their people [...]. Peace and international stability are most reliably built on a foundation of freedom"* (NSS, 2006, p. 2).

Nos dois discursos, nota-se o contraponto democracia/terrorismo. Naturalmente que o ex-presidente, mais uma vez, mostra a clara diferença dos Estados Unidos, caracterizado pela liberdade e democracia, enquanto os países de onde surgiriam os terroristas seriam ditatoriais, reforçando a dicotomia ente si mesmo e o outro – *self* e *other*. Os ataques de 11 de setembro não foram contra os Estados Unidos em si, mas contra o modo de vida americano. Os terroristas odiariam a liberdade, o livre mercado, o direito de escolher regularmente seus líderes, características que se encontrariam em governos democráticos e soberanos.

*Liberdade e democracia estão sob ataque* (Bush, 2001b, tradução nossa, grifo nosso).<sup>24</sup>

[...] Estamos falando de uma campanha contra pessoas que odeiam a liberdade (Bush, 2001c, tradução nossa).<sup>25</sup>

Hoje, os nossos concidadãos, o nosso modo de vida, a nossa própria liberdade foi atacada em uma série de atos terroristas deliberados e mortais (Bush, 2001a, tradução nossa).<sup>26</sup>

Ainda segundo Bush, a ausência de democracia seria um passo importante para a existência de Estados párias, ou seja, aqueles cuja conduta estaria fora das normas e dos comportamentos internacionais, sobretudo as normas criadas e mantidas pelos Estados Unidos. Ao citar diversas vezes o Iraque como um Estado pária, Bush reforça a relação entre ausência de democracia e a emergência de ameaças como sua consequência. Haveria, portanto, um vínculo entre a ausência de democracia e a proliferação de ameaças. O solo fértil para os regimes hostis seria encontrado na ausência de liberdade que existe na democracia liberal.

24 Texto original em inglês: “*freedom and democracy are under attack*” (Bush, 2001b).

25 Texto original em inglês: “[...] *we are talking about a campaign against people who hate freedom*” (Bush, 2001c).

26 Texto original em inglês: “*today, our fellow citizens, our way of life, our very freedom came under attack in a series of deliberate and deadly terrorist acts*” (Bush, 2001a).

Buscamos o avanço da democracia [...] porque *as democracias não suportam terroristas ou ameaçam o mundo com armas de destruição em massa*. [...]. *A liberdade ainda tem inimigos no Afeganistão e no Iraque*. Todos os terroristas baathistas e talibãs sabem que se a democracia chegar, a violência seria minada – bem como suas esperanças com a violência e a morte de inocentes [...]. E todos veriam, no Afeganistão e no Iraque, o sucesso de instituições livres no coração de todo o Médio Oriente (Bush, 2004b, tradução nossa, grifo nosso).<sup>27</sup>

No terceiro ponto, verifica-se que os discursos tratavam o Iraque como ausente de legitimidade soberana, característica que seria encontrada apenas em governos democráticos. Se a soberania estatal é geralmente caracterizada pela ordem hierárquica interna, no Iraque haveria um vácuo representativo ocasionado pela crença de que Saddam Hussein seria uma ameaça à paz, e, consequentemente, à plena representação soberana iraquiana.

[...] As justas exigências da paz e da segurança serão atendidas – ou ação será inevitável. *E um regime que perdeu a sua legitimidade perderá também o seu poder* (Bush, 2002a, tradução nossa, grifo nosso).<sup>28</sup>

Há um reconhecimento universal de que *Saddam Hussein é uma ameaça à paz mundial*. Há uma clara compreensão de que ele deve se desarmar em nome da paz (Bush, 2002c, tradução nossa, grifo nosso).<sup>29</sup>

27 Texto original em inglês: “We seek the advance of democracy [...] because democracies do not support terrorists or threaten the world with weapons of mass murder [...]. Freedom still has enemies in Afghanistan and Iraq. All the Baathists and Taliban and terrorists know that if democracy were to be, it would undermine violence – their hope for violence and innocent death [...]. And all would see, in Afghanistan and Iraq, the success of free institutions at the heart of the greater Middle East” (Bush, 2004b).

28 Texto original em inglês: “[...] the just demands of peace and security will be met – or action will be unavoidable. And a regime that has lost its legitimacy will also lose its power” (Bush, 2002a).

29 Texto original em inglês: “there is universal recognition that Saddam Hussein is a threat to world peace. There’s clear understanding that he must disarm in the name of peace” (Bush, 2002c).

Por esses e outros motivos, Saddam Hussein não estaria sendo dotado de legitimidade soberana, partindo do pressuposto de que somente em governos democráticos é que a verdadeira legitimidade soberana se sustenta. O vácuo de representação dar-se-ia em todos os níveis: tanto internamente com seu povo, quanto externamente, não sendo reconhecido por seus vizinhos e pela comunidade internacional por sua hostilidade. Se tradicionalmente, para que um Estado seja soberano, ele deve encontrar a fonte de sua autoridade soberana nas pessoas que representa, o fato de o governo iraquiano não estar fornecendo as devidas condições necessárias para uma efetiva representação acarretava um vácuo de representação, e, conseqüentemente, uma permissão intervencionista pelos Estados Unidos. E esta permissão seria justamente embasada na certeza de que, se o regime iraquiano não é dotado de legitimidade soberana, os Estados Unidos o são. “Os Estados Unidos da América possuem a autoridade soberana para usar a força e assegurar sua própria segurança nacional” (Bush, 2003a, tradução nossa, grifo nosso).<sup>30</sup>

Contudo, é importante destacar que o governo americano, embora inicialmente tenha usado palavras como “guerra” e “intervenção”, após o início das ações militares, em março de 2003, o discurso passou a ser “operação para a libertação do Iraque” (Bush, 2003c, tradução nossa).<sup>31</sup> Essa mudança discursiva retira o foco militar, a ideia de invasão, modificando-a para uma restauração, libertação. E se o objetivo é a restauração de um Estado ausente de soberania legítima, a intervenção não é negativa, mas positiva e necessária. Não seria uma violação à soberania, pois ela não existiria enquanto Saddam Hussein estivesse à frente do poder no Iraque. Para que o Iraque fosse liberto e passasse a gozar de plena legitimidade soberana, a remoção de Saddam Hussein do poder era necessária.

30 Texto original em inglês: “the United States of America has the sovereign authority to use force in assuring its own national security” (Bush, 2003a).

31 Texto original em inglês: “operation Iraqi freedom” (Bush, 2003c).

O regime iraquiano será desarmado e removido do poder. *O Iraque será livre* (Bush, 2003e, tradução nossa, grifo nosso).<sup>32</sup>

As nações de nossa coalizão estão determinadas a ajudar o povo iraquiano a se recuperar de anos de tirania. *E estamos determinados a ajudar a construir uma nação livre, soberana e democrática* (Bush, 2003f, tradução nossa, grifo nosso).<sup>33</sup>

Após a intervenção militar e a remoção de Saddam Hussein do poder, Bush entende que a plena soberania iraquiana dar-se-ia com a criação de uma constituição amparada pelos valores democráticos. Esta constituição deveria valorar as eleições regulares e a vontade popular, em contrapartida aos anos de opressão e tirania sofridos pelos iraquianos.

*O primeiro desses passos ocorrerá no próximo mês, quando a nossa coligação irá transferir plena soberania a um governo de cidadãos iraquianos que preparam o caminho para eleições nacionais [...]. Em preparação para a soberania, muitas funções do governo já foram transferidas. Doze ministérios governamentais estão atualmente sob o controle direto dos iraquianos [...]. A transferência de soberania em 30 de junho é um compromisso essencial de nossa estratégia [...]. E a plena soberania dará iraquianos uma participação direta no sucesso do seu próprio governo* (Bush, 2004a, tradução nossa, grifo nosso).<sup>34</sup>

32 Texto original em inglês: “the Iraqi regime will be disarmed and removed from power. Iraq will be free” (Bush, 2003e).

33 Texto original em inglês: “the nations in our coalition are determined to help the Iraqi people recover from years of tyranny. And we are determined to help build a free, and sovereign, and democratic nation” (Bush, 2004f).

34 Texto original em inglês: “the first of these steps will occur next month, when our coalition will transfer full sovereignty to a government of Iraqi citizens who will prepare the way for national elections. [...] In preparation for sovereignty, many functions of government have already been transferred. Twelve government ministries are currently under the direct control of Iraqis. [...] The June 30th transfer of sovereignty is an essential commitment of our strategy. [...] And full sovereignty will give Iraqis a direct interest in the success of their own government” (Bush, 2004a).

*O estabelecimento do Conselho de Governo no Iraque é um passo importante no processo de transição em curso da ditadura impiedosa para um Iraque livre e democrático com os iraquianos determinando seu próprio futuro. Estamos ansiosos para trabalhar com o Conselho na medida em que ele se move em direção a um Iraque democrático e próspero, em paz com seus vizinhos (Bush, 2003g, tradução nossa, grifo nosso).<sup>35</sup>*

Finalmente, o quarto ponto nos mostrou que, nos discursos de Bush, o povo iraquiano era ilustrado como desejoso da democracia e liberdade, indo de encontro aos interesses de seu próprio líder, Saddam Hussein.

Em primeiro lugar, Bush separa o povo de sua liderança, mostrando uma relação entre vítimas e seu opressor. A estratégia discursiva visava mostrar que o povo não seria livre para expressar suas opiniões, pois correria o risco de ser retaliado pelo governo ditatorial. Há sempre uma alusão ao fato de que a intervenção não estaria ocorrendo contra as pessoas, mas contra o governo, que não as representava legitimamente. Nesses termos, os Estados Unidos teriam a obrigação de ajudar o povo iraquiano contra a tirania, pois eles estariam desejosos da liberdade e da democracia.

*Nessas circunstâncias, nós temos uma solene obrigação de ajudar o povo iraquiano a construir um novo Iraque em paz consigo mesmo e seus vizinhos. O povo iraquiano merece ser liberto da insegurança e tirania, e liberado para determinar por si mesmo o futuro do seu país. Prevemos um Iraque unificado com sua integridade territorial respeitada. Todo o povo iraquiano – a sua rica mistura de árabes sunitas e xiitas, curdos, turcomanos, assírios, caldeus, e todos os outros – devem desfrutar de liberdade, prosperidade e igualdade em um país*

---

35 Texto original em inglês: *“the establishment of the Iraqi Governing Council is an important step forward in the ongoing transition from ruthless dictatorship to a free and democratic Iraq with Iraqis determining their own future. We look forward to working with the Council as it moves toward a democratic and prosperous Iraq, at peace with its neighbors”* (Bush, 2003g).

unido. *Vamos apoiar as aspirações do povo iraquiano para um governo representativo que respeite os direitos humanos e do Estado de direito como pedras angulares da democracia* (Bush, 2003h, tradução nossa, grifo nosso).<sup>36</sup>

Nota-se uma clara referência, em que o ex-presidente faz um vínculo entre os americanos e o povo iraquiano. A obrigação americana de ajudar seria amparada justamente no valor que o povo iraquiano não possuía: liberdade. A democracia seria a pedra angular a ser implantada. Ora, se não há uma representação legítima e nem liberdade, infere-se que o povo sequer tinha um governo soberano. A intervenção acaba sendo relativizada nesse ponto também, pois o foco passa a ser uma entrega ao povo daquilo que eles desejavam ter e não podiam.

É interessante notar que, embora não explicitamente, algumas passagens em relação ao povo iraquiano foram feitas em relação aos direitos que estariam sendo violados, e, neste sentido, eles tinham os mesmos objetivos que o povo americano, ou seja, a substituição da tirania pela democracia. Finalmente, as pessoas estariam enxergando, nessa intervenção, uma grandiosa oportunidade para que esse objetivo fosse alcançado. Além disso, ao tratar a intervenção como desejosa pelos iraquianos, ela passa a ser moralmente justificada e desinteressada, uma vez que o objetivo seria o de dar ao povo o que eles sonhavam.

Diversas outras características foram associadas ao povo iraquiano nos discursos de George W. Bush. O constante vínculo tende a manter uma “proximidade” com o povo, que naturalmente o estaria apoiando, em contrapartida ao ditador Saddam Hussein. Nessas características criadas sobre o povo iraquiano, verifica-se

36 Texto original em inglês: “in these circumstances, we would undertake a solemn obligation to help the Iraqi people build a new Iraq at peace with itself and its neighbors. The Iraqi people deserve to be lifted from insecurity and tyranny, and freed to determine for themselves the future of their country. We envisage a unified Iraq with its territorial integrity respected. All the Iraqi people – its rich mix of Sunni and Shiite Arabs, Kurds, Turkomen, Assyrians, Chaldeans, and all others – should enjoy freedom, prosperity, and equality in a united country. We will support the Iraqi people’s aspirations for a representative government that upholds human rights and the rule of law as cornerstones of democracy” (Bush, 2003h).

algumas: a) o governo do Iraque sacrifica/envenena seu povo; b) o povo iraquiano pede socorro aos Estados Unidos, e os americanos escutam a voz de clamor deles – os Estados Unidos são amigos do Iraque; c) os iraquianos são vítimas da opressão de Saddam Hussein; d) os iraquianos são qualificados e instruídos; e) os iraquianos estão aprendendo as responsabilidades advindas da liberdade; f) o maior aliado da intervenção americana é o próprio povo iraquiano; g) atacar o povo iraquiano é atacar os americanos; h) o povo iraquiano está experimentando a liberdade; e i) o povo iraquiano está comprometido com a democracia.

a) Esses governos, como o Iraque, que *recompensam seus pais pelo sacrifício de seus filhos* são culpados de incentivar o assassinato da pior espécie (Bush, 2002d, tradução nossa, grifo nosso).<sup>37</sup>

Eu os descrevi como o eixo do mal uma vez. Eu os descrevi como um inimigo até que provem o contrário. Eles, obviamente, vocês sabem, desejam armas de destruição em massa. Eu presumo que ele ainda nos vê como um inimigo. Eu tenho dito constantemente que devemos isso aos nossos filhos e os filhos dos nossos filhos para o mundo livre de armas de destruição em massa nas mãos daqueles que odeiam a liberdade. *Este é um homem que envenenou o seu próprio povo, quero dizer que ele tinha uma história de tirania* (Bush, 2002e, tradução nossa, grifo nosso).<sup>38</sup>

b) *Este governo está determinado a ouvir o chamado dos iraquianos*, e o chamado é que eles querem uma sociedade em que os seus filhos possam ir à escola, onde eles possam obter

37 Texto original em inglês: "those governments, like Iraq, that reward parents for the sacrifice of their children are guilty of soliciting murder of the worst kind" (Bush, 2002d).

38 Texto original em inglês: "I described them as the axis of evil once. I described them as an enemy until proven otherwise. They obviously, you know, desire weapons of mass destruction. I presume that he still views us as an enemy. I have constantly said that we owe it to our children and our children's children to free the world from weapons of mass destruction in the hands of those who hate freedom. This is a man who has poisoned his own people, I mean he's had a history of tyranny" (Bush, 2002e).

bons cuidados de saúde, onde eles sejam capazes de *viver uma vida pacífica* (Bush, 2003i, tradução nossa, grifo nosso).<sup>39</sup>

[...] *Nós também servimos aos interesses e as esperanças do povo iraquiano*. Elas são pessoas grandes e talentosas, com uma cultura antiga e admirável, e eles não escolheriam serem governados por violência e terror. *O povo do Iraque é vítima diária da opressão de Saddam Hussein*. Eles serão os primeiros a beneficiar, se forem satisfeitas as exigências do mundo [países aliados]. Os americanos acreditam que todos os homens e mulheres merecem ser livres [...]. Nós vamos trabalhar com outras nações para ajudar o povo iraquiano a formar um governo justo e um país unificado (Bush, 2002f, tradução nossa, grifo nosso).<sup>40</sup>

*Os primeiros a se beneficiarem de um Iraque livre serão o povo iraquiano, eles mesmos*. Hoje eles vivem em escassez e medo, sob um ditador que lhes trouxe nada além de guerra, miséria e tortura. Suas vidas e sua liberdade importa pouco para Saddam Hussein – mas vidas iraquianas e liberdade importa muito para nós (Bush, 2003d, tradução nossa, grifo nosso).<sup>41</sup>

*Quando os civis iraquianos olharam para os rostos dos nossos militares e mulheres, eles viram a força, a bondade e a boa vontade* [...]. Nas imagens de iraquianos comemorando, vimos também o apelo intemporal da liberdade humana. Décadas de mentiras e intimidação não foram capazes de

39 Texto original em inglês: “*this government is determined to hear the call from the Iraqis, and the call is they want a society in which their children can go to school, in which they can get good health care, in which they’re able to live a peaceful life*” (Bush, 2003i).

40 Texto original em inglês: “[...] *we also serve the interests and the hopes of the Iraqi people. They are a great and gifted people, with an ancient and admirable culture, and they would not choose to be ruled by violence and terror. The people of Iraq are the daily victims of Saddam Hussein’s oppression. They will be the first to benefit when the world’s demands are met. Americans believe all men and women deserve to be free. [...] We’ll work with other nations to help the Iraqi people form a just government and a unified country*” (Bush, 2002f).

41 Texto original em inglês: “*the first to benefit from a free Iraq would be the Iraqi people, themselves. Today they live in scarcity and fear, under a dictator who has brought them nothing but war, and misery, and torture. Their lives and their freedom matter little to Saddam Hussein – but Iraqi lives and freedom matter greatly to us*” (Bush, 2003d).

fazer o povo iraquiano amar seus opressores ou desejarem sua própria escravização. Homens e mulheres em todas as culturas precisam de liberdade como eles precisam de comida e água e ar. Em todos os lugares que a liberdade chega, a humanidade se alegra; e em todos os lugares que a liberdade toca, deixa os tiranos com medo (Bush, 2003c, tradução nossa, grifo nosso).<sup>42</sup>

Eu enviei tropas americanas ao Iraque para defender nossa segurança, não para ficar como uma potência ocupante. *Enviei tropas americanas ao Iraque para fazer seu povo livre, não para torná-los americanos.* Os iraquianos vão escrever sua própria história, e encontrar seu próprio caminho. Como eles fazem, os iraquianos podem ter certeza, um Iraque livre terá sempre um amigo nos Estados Unidos da América (Bush, 2004a, tradução nossa, grifo nosso).<sup>43</sup>

- c) Nós não temos nenhuma desavença com o povo iraquiano. *Eles são vítimas diárias de opressão de Saddam Hussein [...]* (Bush, 2002b, tradução nossa, grifo nosso).<sup>44</sup>
- d) Os iraquianos são qualificados e instruídos. Vamos insistir o mais rápido possível para que uma autoridade interina iraquiana descubra os talentos de pessoas do Iraque e reconstruam sua nação (Bush, 2003b, tradução nossa).<sup>45</sup>

---

42 Texto original em inglês: "when Iraqi civilians looked into the faces of our servicemen and women, they saw strength and kindness and goodwill [...]. In the images of celebrating Iraqis, we have also seen the ageless appeal of human freedom. Decades of lies and intimidation could not make the Iraqi people love their oppressors or desire their own enslavement. Men and women in every culture need liberty like they need food and water and air. Everywhere that freedom arrives, humanity rejoices; and everywhere that freedom stirs, let tyrants fear" (Bush, 2003c).

43 Texto original em inglês: "I sent American troops to Iraq to defend our security, not to stay as an occupying power. I sent American troops to Iraq to make its people free, not to make them American. Iraqis will write their own history, and find their own way. As they do, Iraqis can be certain, a free Iraq will always have a friend in the United States of America" (Bush, 2004a).

44 Texto original em inglês: "we have no quarrel with the Iraqi people. They are the daily victims of Saddam Hussein's oppression" (Bush, 2002b).

45 Texto original em inglês: "Iraq's people are skilled and educated. We'll push as quickly as possible for an Iraqi interim authority to draw upon the talents of Iraq's people to rebuild their nation" (Bush, 2003b).

- e) [...] *O povo iraquiano agora está livre e aprendendo os hábitos da liberdade e as responsabilidades que vêm com a liberdade* (Bush, 2003j, tradução nossa, grifo nosso).<sup>46</sup>
- f) O regime de Saddam Hussein passou mais de três décadas oprimindo as pessoas do Iraque, atacando os vizinhos do Iraque, e ameaçando a paz do mundo. O regime torturava em casa, promovia terror no exterior, e se armava em segredo. [...] *O nosso maior aliado na obra vital de estabilizar e reconstruir um Iraque democrático e próspero é o povo iraquiano* (Bush, 2003f, tradução nossa, grifo nosso).<sup>47</sup>
- g) Aqueles que tentam minar a reconstrução do Iraque não estão apenas atacando nossa coalizão, eles estão atacando o povo iraquiano. E nós vamos ficar com o povo iraquiano, fortemente, para que eles construam um futuro de esperança [...]. As pessoas do Iraque estarão seguras, e as pessoas do Iraque irá construir seu próprio país (Bush, 2003k, tradução nossa).<sup>48</sup>
- h) *Pela primeira vez em décadas, o povo iraquiano está desfrutando o sabor da liberdade.* Os iraquianos estão começando a reconstruir o seu país e podem olhar para um futuro mais brilhante (Bush, 2003k, tradução nossa, grifo nosso).<sup>49</sup>
- i) *Em grandes números, e sob grande risco, os iraquianos têm demonstrado o seu compromisso com a democracia.* Ao participar de eleições livres, o povo iraquiano rejeitou firmemente a ideologia antidemocrática dos terroristas. Eles se recusaram a ser intimidados por bandidos e assassinos. E eles têm

46 Texto original em inglês: "[...] *Iraqi people are now free and learning the habits of freedom and the responsibilities that come with freedom*" (Bush, 2003j).

47 Texto original em inglês: "*Saddam Hussein's regime spent more than three decades oppressing Iraq's people, attacking Iraq's neighbors, and threatening the world's peace. The regime tortured at home, promoted terror abroad, and armed in secret. [...] Our greatest ally in the vital work of stabilizing and rebuilding a democratic and prosperous Iraq is the Iraqi people, themselves*" (Bush, 2003f).

48 Texto original em inglês: "*those who try to undermine the reconstruction of Iraq are not only attacking our coalition, they are attacking the Iraqi people. And we will stand with the Iraqi people, strongly, as they build a hopeful future. [...] People of Iraq will be secure, and the people of Iraq will run their own country*" (Bush, 2003k).

49 Texto original em inglês: "*for the first time in decades, the Iraqi people are enjoying the taste of freedom. Iraqis are starting to rebuild their country and can look to a brighter future*" (Bush, 2003k).

demonstrado o tipo de coragem que é sempre o fundamento da autogovernança (Bush, 2005b, tradução nossa, grifo nosso).<sup>50</sup>

A relativização da soberania, e do próprio povo, colocando-os como paralelos aos interesses do povo dos Estados Unidos, só é possível quando os significados atribuídos a ambos são semelhantes, em especial a aspiração pela democracia. Ao afirmar que os iraquianos estariam pedindo socorro aos americanos, Bush conseguiu modificar o foco intervencionista para o de restauração e auxílio, em resposta ao suposto pedido do povo iraquiano por ajuda.

## Conclusão

O objetivo deste artigo foi analisar os discursos do ex-presidente norte-americano George W. Bush e os elementos narrativos que o permitiram relativizar a soberania iraquiana para que a intervenção militar, iniciada em março de 2003, se tornasse necessária, ou, ainda, positiva. Amparado nos elementos analíticos fornecidos por Cynthia Weber (1995) em seu livro *Simulating sovereignty: intervention, the state and symbolic exchange*, e na metodologia de pesquisa proposta por Lene Hansen (2006), procurou-se aplicar seus principais argumentos analíticos para o caso iraquiano.

Em princípio, notamos que a lógica da representação soberana atribuída pelo governo Bush ao Iraque resumia-se a um signo sem referência, ou seja, não foram encontrados elementos que revelassem um reconhecimento por parte dos Estados Unidos de que haveria, ainda que mínima, uma legítima soberania no Iraque, representada por um governo legítimo e vocalizador do desejo de seu próprio povo. Ao afirmar constantemente que um ditador sanguinário estaria controlando o país e planejando ataques terroristas contra os Estados Unidos, Bush esvazia qualquer representação soberana no Iraque, pois não estariam

---

50 Texto original em inglês: "in great numbers, and under great risk, Iraqis have shown their commitment to democracy. By participating in free elections, the Iraqi people have firmly rejected the anti-democratic ideology of the terrorists. They have refused to be intimidated by thugs and assassins. And they have demonstrated the kind of courage that is always the foundation of self-government" (Bush, 2005b).

presentes os elementos básicos para que seja reconhecido um ente soberano. Nesses termos, para se cobrir o vácuo representativo, os Estados Unidos são apresentados como a melhor resposta para devolver ao povo iraquiano o que eles estariam desejosos de obter, porém sem sucesso: a liberdade e a democracia. É importante destacar que essa diferenciação, mais do que recorrente, é necessária, pois se o Iraque fosse colocado em paralelo aos Estados Unidos enquanto governo legítimo, a intervenção não se sustentaria, afinal, onde ambos são iguais, a diferenciação e a consequente ação militar perderiam seu sentido.

A AD realizada reforça o argumento de Cynthia Weber (1995) de que o Estado seria um signo sem referência, mas que, em virtude da necessidade de possuir soberania e fixar-se como legítimo, tais referências são constantemente criadas e reforçadas em sua existência. Ainda que o Estado não detenha total monopólio e representação política, acaba por criar uma “representação simbólica”, que serve como aparato e justificativa para se legitimar como soberano em âmbito interno, para com seu próprio povo, e na esfera internacional, em sua relação com os demais países. O que um Estado deve fazer para ser considerado soberano, segundo Weber (*op. cit.*), é utilizar bem os recursos que permitem a simulação (lógica da representação) e o controle dos elementos simulados, a fim de representar autoridade e simular fronteiras. Analisar a soberania estatal seria, dessa forma, investigar como os Estados são simulados e simbolicamente representados. E, no caso da intervenção militar norte-americana no Iraque, notamos como o discurso foi capaz de modificar percepções e moldar características peculiares ao governo iraquiano, justificando, com isso, a necessidade da guerra.

## Referências

- BIERSTEKER, Thomas J.; WEBER, Cynthia (Eds.). *State sovereignty as social construct*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- BUSH, George W. *Statement by the president in his address to the nation*. Washington: [s.n.], 2001a. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010911-16.html>>. Acesso em: 11 jun. 2016.
- \_\_\_\_\_. *Remarks by the president in photo opportunity with the national security team*. Washington: [s.n.], 2001b. Disponível em: <<http://georgewbushwhitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010912-4.html>>. Acesso em: 11 jun. 2016.
- \_\_\_\_\_. *President freezes terrorists' assets*. Washington: [s.n.], 2001c. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010924-4.html>>. Acesso em: 9 jun. 2016.
- \_\_\_\_\_. *Remarks by the president in address to the United Nations General Assembly*. New York: [s.n.], 2002a. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/09/20020912-1.html>>. Acesso em: 3 jun. 2016.
- \_\_\_\_\_. *President: Iraqi regime danger to America if "Grave and Growing"*. Washington: [s.n.], 2002b. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/10/20021005.html>>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- \_\_\_\_\_. *President Bush, president Havel discuss Iraq, NATO*. República Tcheca: [s.n.], 2002c. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/11/20021120-1.html>>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- \_\_\_\_\_. *President to send secretary Powell to Middle East*. Washington: [s.n.], 2002d. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/04/20020404-1.html>>. Acesso em: 11 jun. 2016.
- \_\_\_\_\_. *President Bush discusses Iraq*. Texas: [s.n.], 2002e. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/08/20020810-3.html>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

- \_\_\_\_\_. *President, house leadership agree on Iraq resolution.* Washington: [s.n.], 2002f. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/10/20021002-7.html>>. Acesso em: 9 jun. 2016.
- \_\_\_\_\_. *PresidentsaysSaddamHusseinmustleaveIraqwithin48hours.* Washington: [s.n.], 2003a. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/03/20030317-7.html>>. Acesso em: 7 jun. 2016.
- \_\_\_\_\_. *President Bush: monday “moment of truth” for world in Iraq.* Portugal: [s.n.], 2003b. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/03/20030316-3.html>>. Acesso em: 7 jun. 2016.
- \_\_\_\_\_. *President Bush announces major combat operations in Iraq have ended.* California: [s.n.], 2003c. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/05/20030501-15.html>>. Acesso em: 11 jun. 2016.
- \_\_\_\_\_. *President discusses the future of Iraq.* Washington: [s.n.], 2003d. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/02/20030226-11.html>>. Acesso em: 8 jun. 2016.
- \_\_\_\_\_. *President discusses Iraqi freedom progress in radio address.* Washington: [s.n.], 2003e. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/03/20030329.html>>. Acesso em: 9 jun. 2016.
- \_\_\_\_\_. *President Bush Discusses Progress in Iraq.* Washington: [s.n.], 2003f. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/07/20030723-1.html>>. Acesso em: 11 jun. 2016.
- \_\_\_\_\_. *Statement on the Iraqi Governing Council.* Washington: [s.n.], 2003g. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/07/20030714-5.html>>. Acesso em: 9 jun. 2016.

- \_\_\_\_\_. *Statement of the Atlantic summit: a vision for Iraq and the Iraqi people*. Washington: [s.n.], 2003h. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/03/20030316-1.html>>. Acesso em: 9 jun. 2016.
- \_\_\_\_\_. *President Bush, ambassador Bremer discuss progress in Iraq*. Washington: [s.n.], 2003i. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/10/20031027-1.html>>. Acesso em: 11 jun. 2016.
- \_\_\_\_\_. *President discusses Middle East, Iraq and the dollar in cabinet meeting*. Washington: [s.n.], 2003j. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/06/20030609-4.html>>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- \_\_\_\_\_. *President discusses progress in Afghanistan*. Washington: [s.n.], 2003k. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/07/20030701-9.html>>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- \_\_\_\_\_. *President outlines steps to help Iraq achieve democracy and freedom*. Pennsylvania: [s.n.], 2004a. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2004/05/20040524-10.html>>. Acesso em: 19 jun. 2016.
- \_\_\_\_\_. *President Bush discusses importance of democracy in Middle East*. Washington: [s.n.], 2004b. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2004/02/20040204-4.html>>. Acesso em: 18 jun. 2016.
- \_\_\_\_\_. *President congratulates Iraqis on successful elections*. Washington: [s.n.], 2005a. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2005/10/20051016-2.html>>. Acesso em: 18 jun. 2016.
- \_\_\_\_\_. *President congratulates Iraqis on election*. Washington: [s.n.], 2005b. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2005/01/20050130-2.html>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

- \_\_\_\_\_. *President discusses war on terror*. Washington: [s.n.], 2005c. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2005/03/20050308-3.html>>. Acesso em: 19 jun. 2016.
- COGGINS, Bridget L. Does state failure cause terrorism? An empirical analysis (1999-2008). *Journal of Conflict Resolution*, v. 59, n. 3, p. 455-83, 2015.
- FEYERABEND, Paul. *Against method: outline of an anarchistic theory of knowledge*. London: Verso, 1975.
- HANSEN, Lene. *Security as practice: discourse analysis and the Bosnian war*. New York: Routledge, 2006.
- HOWARD, Tiffany. Failed states and the spread of terrorism in Sub-Saharan Africa. *Studies in Conflict & Terrorism*, v. 33, n. 11, p. 960-988, 2010.
- KRUEGER, Alan B; MALEČKOVÁ, Jitka. Education, poverty and terrorism: is there a causal connection? *The Journal of Economic Perspectives*, v. 17, n. 4, p. 119-44, 2003.
- LAYNE, Christopher. Kant or Cant: the myth of democratic peace. *International Security*, v. 19, n. 2, p. 5-49, 1994.
- MALMVIG, Helle. *State sovereignty and intervention: a discourse analysis of interventionary and non-interventionary practices in Kosovo and Algeria*. Oxfordshire; New York: Routledge, 2006.
- MANTZIKOS, Ioannis. Somalia and Yemen: the links between terrorism and state failure. *Digest of Middle East Studies*, v. 20, n. 2, p. 242-60, 2011.
- MUSSALIM, Fernanda. Análise de discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006. v. 2.
- NSS – NATIONAL SECURITY STRATEGY. *The National Security Strategy of the United States of America*. Washington: NSS, 2002. Disponível em: <<http://www.state.gov/documents/organization/63562.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2015.
- \_\_\_\_\_. *The National Security Strategy of the United States of America*. Washington: NSS, 2006. Disponível em: <<http://www.comw.org/qdr/fulltext/nss2006.pdf>>. Acesso em: 3 jun, 2016.

- OWEN, John M. How liberalism produces democratic peace. *International Security*, v. 18, n. 2, p. 87-125, 1994.
- PIAZZA, James A. Incubators of terror: do failed and failing states promote transnational terrorism? *International Studies Quarterly*, v. 52, n. 3, p. 469-488, 2008.
- ROTBURG, Robert I. Failed states in a world of terror. *Foreign Affairs*, v. 81, n. 4, p. 127- 140, 2002.
- SIMONS, Anna; TUCKER, David. The misleading problem of failed states: a “sociogeography” of terrorism in the post-9/11 era. *Third World Quarterly*, v. 28, n. 2, p. 387-401, 2007.
- STEWART, Patrick. Weak states and global threats: assessing evidence of “spillovers”. *Center for Global Development*, n. 73, p. 1-31, 2006.
- \_\_\_\_\_. “Failed” states and global security: empirical questions and policy dilemmas. *International Studies Review*, v. 9, n. 4, p. 644-662, 2007.
- WALKER, Rob B. J. *Inside/outside: international relations as political theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- WEBER, Cynthia. *Simulating sovereignty: intervention, the state and symbolic exchange*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

## Resumo

O objetivo deste artigo é analisar como a soberania estatal iraquiana foi relativizada para que a intervenção norte-americana, iniciada em março de 2003, fosse justificada como necessária. Para esta análise, une-se os aportes analítico, fornecido por Cynthia Weber (1995), e metodológico, apresentado por Lene Hansen (2006), aplicando-os aos discursos do ex-presidente George W. Bush, no intuito de verificar quais foram as estratégias discursivas utilizadas pelo seu governo para iniciar a intervenção militar no Iraque, à época sob domínio de Saddam Hussein. Ao final, conclui-se que, mais do que discurso, os argumentos do ex-presidente foram capazes de moldar uma percepção particular do Iraque e convencer a comunidade internacional a respeito do perigo que o país representava sob a liderança de Saddam Hussein, servindo de possível abrigo para terroristas e produtor de armas de destruição em massa.

**Palavras-chave:** soberania estatal; intervenção; discurso; Iraque; Estados Unidos.

## **Abstract**

This article aims to analyze how the Iraqi state sovereignty was relativized to the United States intervention began in March 2003 was justified as necessary. To do this, I will join the analytical contribution provided by Cynthia Weber (1995) and the methodology presented by Lene Hansen (2004) applying to the speeches of the former president George W. Bush, in order to identify what were the strategies used by his government to start military intervention in Iraq, at that time under the rule of Saddam Hussein. At the end, I conclude that, more than speeches, the arguments of the former president were able to shape a particular perception of Iraq and convince the international community about the danger that the country represented under the leadership of Saddam Hussein, serving as a possible refuge for terrorists and producer of weapons of mass destruction.

**Keywords:** state sovereignty; intervention; discourse; Iraq; United States.

Recebido em 24 de novembro de 2016.

Aprovado em 5 de abril de 2017.